

Gênero e Educação: Identidade Social e Representações Sociais em Perspectiva Diagnóstica para Superação de Estereótipos Sexistas

Diemerson da Costa Sacchetto ¹

RESUMO

As questões de gênero possuem uma longa relação com a história da humanidade, e em especial, perpetuados no fazer educacional. A construção das relações de poder entre homens e mulheres criou gerações e aportes epistemológicos sexistas, assim como eram seus pesquisadores, cientistas e professores. Estes por sua vez construíram as bases da sociedade por meio dos pilares das diferenças entre os universos masculino e feminino. A sociedade compreendeu-se a partir de um "lugar" diferente, e um tanto quanto que distante, entre os gêneros. Colocando nos porões do preconceito as questões inerentes à sexualidade e à diversidade sexual. A psicossociologia e a educação voltada à formação de professores, em perspectiva libertária, não podem se ver desatreladas dos estudos e das pesquisas sobre as relações entre a pedagogia e os recortes epistemológicos das relações de gênero. Tendo por base o referencial teórico da Psicologia Social, mais especificamente das Representações Sociais e da Identidade Social, assim como da Pedagogia da Libertação de Freire, objetivou-se compreender um pouco mais sobre as relações entre gênero e educação. Metodologicamente, o estudo se deu na forma de uma pesquisa exploratória qualitativa e utilizou roteiros estruturados na forma de questionário de cunho etnográfico para a captação de Representações Sociais sobre as relações de gênero e sexualidade entre estudantes de um Instituto Federal de Ensino. Os dados produzidos foram analisados com o auxílio de programas estatísticos como o EVOC-2003 e o Iramuteq, e as categorias encontradas analisadas com os modelos da Análise de Conteúdo de Bardin. Dentre os resultados encontrados destacamos: a presença de elementos representacionais de perpetuação dos papéis de gênero, objetivados por modelos estereotipados, ancorados em discursos reforçadores de discriminação e sexismo, assim como narrativas de perspectivas infantilizadas dos papéis sociais e dos gêneros. Novas paraxes possíveis emergem, mas evidenciam uma escola que precisa reconhecer sua diversidade.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Sexismo, Representações Sociais, Identidade Social.

INTRODUÇÃO

As relações de gênero, historicamente construídas, constituem um dos mais complexos campos de tensão entre o poder, a educação e a subjetividade. A naturalização das diferenças sexuais e a consequente produção de hierarquias simbólicas entre homens e mulheres sustentaram, por séculos, formas de dominação legitimadas socialmente e reiteradas nos espaços escolares. A escola, compreendida como instituição social e como locus de produção e reprodução de sentidos, tem desempenhado papel central na

¹ Pós-Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Professor do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, saquettto@gmail.com.



perpetuação de estereótipos sexistas, mas também na possibilidade de sua superação, quando assume o compromisso ético e político de promover práticas pedagógicas libertadoras e igualitárias. É nesse contexto que se insere o presente estudo, derivado do projeto *Educação e Identidade Social de Gênero: Proposições Metodológicas – Tecnologias Educacionais*, o qual se fundamentou nos referenciais da Psicologia Social, especialmente nas Teorias das Representações Sociais (Moscovici, 1978; Abric, 1998) e da Identidade Social (Tajfel, 1982), articuladas à Pedagogia da Libertação de Paulo Freire.

A partir da compreensão de que as representações sociais de gênero se ancoram em valores, crenças e discursos que estruturam a moralidade coletiva e as práticas escolares, buscou-se investigar como estudantes de um Instituto Federal de Educação constroem e partilham sentidos sobre as questões de gênero e sexualidade. O estudo, de caráter qualitativo e exploratório, utilizou instrumentos etnográficos de coleta de dados, especialmente questionários estruturados e análises lexicais mediadas pelos softwares *EVOC-2003* e *Iramuteq*, possibilitando identificar categorias representacionais que expressam a permanência de visões estereotipadas e a reprodução de papéis sociais rígidos. A análise dos dados, orientada pela Análise de Conteúdo de Bardin, revelou a coexistência de discursos tradicionais e emergentes, indicando que, embora haja indícios de ruptura com padrões patriarcais, as narrativas ainda estão permeadas por traços de moralização e infantilização das relações de gênero.

Assim, o presente artigo propõe discutir o entrelaçamento entre educação e identidade social de gênero sob a ótica das representações sociais, articulando o diagnóstico das percepções estudantis com a proposição de práticas educativas transformadoras. Ao reconhecer a escola como espaço de reprodução e de resistência, o trabalho reafirma a importância da educação como mediadora da emancipação humana e como instrumento de superação das desigualdades estruturais que sustentam o sexismo e a exclusão social.

A compreensão das relações entre gênero e educação requer um olhar que ultrapasse as delimitações meramente biológicas ou comportamentais, alcançando as estruturas simbólicas e discursivas que configuram a construção social da diferença. O conceito de gênero, como proposto por Joan Scott (1995), não se reduz a uma categoria descritiva, mas constitui um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as distinções percebidas entre os sexos, e, simultaneamente, um modo primário de significar relações de poder. Nessa perspectiva, compreender o gênero implica compreender os



processos sociais e cognitivos que sustentam representações de masculinidade e feminilidade, e que são continuamente reproduzidos na escola — instituição que, como destacou Bourdieu (2002), atua na legitimação das estruturas de dominação simbólica.

No campo da Psicologia Social, a *Teoria das Representações Sociais* de Serge Moscovici (1978; 1984) oferece um aporte fundamental para compreender como os sujeitos elaboram, partilham e transformam o conhecimento social acerca das identidades de gênero. As representações sociais são formas de conhecimento do senso comum, constituídas nas interações e na comunicação, que permitem aos grupos interpretar e dar sentido ao mundo que os cerca. No âmbito da educação, essas representações determinam tanto o modo como professores e estudantes percebem o feminino e o masculino quanto as expectativas comportamentais que se produzem a partir dessas percepções. Ao se ancorarem em valores e normas coletivas, as representações de gênero tornam-se matrizes simbólicas de práticas discriminatórias e de naturalização da desigualdade.

Jean-Claude Abric (1998) aprofunda essa teoria ao propor o modelo estrutural das representações, composto por um núcleo central e por elementos periféricos. O núcleo central — estável, normativo e socialmente partilhado — corresponde às crenças e valores mais resistentes à mudança; já os elementos periféricos são mais flexíveis e adaptáveis às experiências cotidianas. Essa distinção é decisiva para o estudo da identidade social de gênero, pois evidencia como os discursos pedagógicos podem tanto reforçar o núcleo da dominação patriarcal quanto operar mudanças pelas bordas, criando novas significações para os papéis e as práticas sociais.

Em consonância com essa abordagem, a *Teoria da Identidade Social* de Henri Tajfel (1982) e John Turner (1987) permite compreender os processos pelos quais os indivíduos se reconhecem e são reconhecidos como membros de determinados grupos. A identidade social é, nesse sentido, um produto da categorização social e da comparação intergrupal: os sujeitos se identificam com grupos que compartilham valores e atributos simbólicos, estabelecendo fronteiras entre o “nós” e o “eles”. No caso das relações de gênero, essa categorização produz sistemas de pertença e diferenciação que sustentam práticas de inclusão e exclusão. As desigualdades de gênero, portanto, não são apenas reflexos de estruturas materiais, mas expressões identitárias que reafirmam lugares sociais hierarquizados.

A escola, ao operar como espaço de produção de identidades e representações, torna-se também um campo de disputa simbólica. Ela pode reproduzir, de forma inconsciente, a lógica androcêntrica que subordina o feminino, ou pode atuar como



território de emancipação, se adotar uma pedagogia crítica e dialógica. Nesse sentido, a *Pedagogia da Libertação* de Paulo Freire (1979; 1996) oferece um caminho metodológico e ético para a superação do sexismo e da opressão de gênero. Freire propõe uma educação fundada na consciência crítica (*conscientização*), no diálogo horizontal e na transformação das estruturas de poder que mantêm a opressão. O processo educativo, portanto, deve ser compreendido como prática de liberdade e não como instrumento de domesticação.

O diálogo entre Freire e Moscovici revela uma convergência epistemológica: ambos concebem o conhecimento como produto das relações sociais e da comunicação. Enquanto para Moscovici as representações sociais são modos de tornar familiar o desconhecido, para Freire o ato de conhecer é uma práxis transformadora que emerge do encontro entre sujeitos que problematizam a realidade. Essa aproximação é decisiva para a construção de metodologias de ensino que visem ao enfrentamento do sexismo, pois permite compreender o currículo e as interações pedagógicas como espaços de (re)significação coletiva.

Assim, a base teórica deste trabalho conjuga uma perspectiva psicossocial — que explica a gênese e a persistência das representações de gênero — e uma perspectiva pedagógica crítica — que propõe a reconstrução dessas representações por meio do diálogo e da consciência libertadora. Essa articulação entre *Representações Sociais*, *Identidade Social* e *Pedagogia da Libertação* sustenta a compreensão de que a educação, mais do que um processo de transmissão de saberes, é um ato político, ético e cultural de resistência ao patriarcado e à desigualdade.

família nuclear, entendida como formada pelas figuras de um casal heterossexual e de seus filhos, tem sido colocada em cheque na modernidade graças as transformações culturais hodiernas da vida contemporânea (Coutinho e Menandro, 2010). São percebidos fatores que dificultam a manutenção do modelo tradicional de família, como a pobreza, a busca de independência financeira feminina pela entrada na vida laboral, a instabilidade conjugal e a institucionalização do divórcio (Nader, 2001). No entanto, muitos discursos colocam a instituição familiar como espaço de continuidade dos valores instituídos, e desta maneira a preservação da família nuclear, e, tradicionalmente entendida, é defendida por muitos grupos, o que cristaliza as relações conjugais e os papéis familiares. A mulher, tendo por base a manutenção deste modelo familiar, acabar por permanecer subjulgada à história de dominação masculina (Bourdieu, 2002).



Não nos é permitido pensar na modernidade sem fazermos menção às maneiras como homens e mulheres foram segregados em espaços de atuação, simbólica e real, distintos. Ao homem o público, e a mulher o privado. Espaço colonial da casa em que a construção e empoderamento são institucionalmente distintos.

Sobre a lógica das relações de gênero que se construiu a sociedade, e sobre essa mesma lógica, a reprodução e a economia das trocas simbólicas (Bourdieu, 2013) se constituiu o cenário educacional. Pensar possibilidades de alternância da lógica de dominação masculina, e seu duo, submissão feminina, nos coloca diante da necessidade de repensarmos a estrutura do discurso pedagógico, assim como as égides que marcam a construção do currículo, e da valorização de certos nichos masculinos em depreciação dos femininos. O feminismo vem ganhando espaço, mas ainda sobre com absurdos ataques de violência como apresentados pelos dados recentes do IPEA (2014). Uma educação pela e da cidadania se construirá pela igualdade e pela compreensão das diferenças, da multiplicidade, de vozes e sexualidades que se apresentam no contemporâneo.

Muitas perspectivas têm surgido com o intuito de pensar às relações de gênero na escola (Aua, 2006; Maia et al., 2011; Lima, 2010), todavia, este ainda é um movimento relativamente pequeno e que deve ser ampliado de maneira macropolítica, inclusive para a gestão de políticas públicas educacionais coerentes.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, orientada pelos pressupostos da Psicologia Social e ancorada nas teorias das Representações Sociais e da Identidade Social. Tal opção metodológica decorre da compreensão de que o fenômeno do sexismo e das desigualdades de gênero, no contexto educacional, não pode ser reduzido a indicadores quantitativos, mas deve ser analisado a partir dos sentidos, crenças e valores partilhados pelos sujeitos que o produzem e o reproduzem cotidianamente.

O campo empírico da investigação correspondeu a um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES), locus privilegiado para observar como se manifestam, entre jovens estudantes, as representações sobre gênero e sexualidade. Essa escolha se justifica pela relevância que tais instituições possuem no cenário educacional brasileiro, ao integrarem formação técnica e humanística e promoverem políticas de



inclusão e diversidade. Os participantes da pesquisa foram estudantes de diferentes cursos, com idades entre 16 e 22 anos, abrangendo ambos os sexos e distintas expressões de gênero.

A coleta de dados foi realizada por meio de roteiros estruturados de caráter etnográfico, compostos por questões abertas e fechadas voltadas à apreensão das representações sociais dos sujeitos sobre gênero, sexualidade e papéis sociais.

Os questionários buscaram captar os núcleos representacionais e os sistemas periféricos relacionados à percepção dos participantes sobre igualdade, identidade de gênero, preconceito e educação sexual. Além das respostas discursivas, os sujeitos foram convidados a realizar associações livres de palavras, possibilitando a posterior análise prototípica com o auxílio dos softwares EVOC-2003 e Iramuteq, amplamente utilizados em pesquisas psicossociais para o tratamento estatístico de dados qualitativos.

O corpus textual obtido foi submetido a duas etapas analíticas complementares. A primeira consistiu na análise lexical e de coocorrência, gerando quadros de frequência e hierarquização dos elementos evocados, permitindo identificar os campos semânticos dominantes nas representações dos estudantes. A segunda etapa, de natureza interpretativa, baseou-se na Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011), permitindo a construção de categorias temáticas e analíticas.

Essas categorias foram interpretadas à luz das Teorias das Representações Sociais (Moscovici, 1978; Abric, 1998) e da Identidade Social (Tajfel, 1982), articuladas à Pedagogia da Libertação (Freire, 1996). O cruzamento entre os resultados empíricos e os referenciais teóricos possibilitou compreender como os discursos dos participantes expressam tanto a manutenção de padrões simbólicos patriarcais quanto a emergência de novas formas de pensar a diversidade e a equidade de gênero.

Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e sobre a garantia de confidencialidade e anonimato. O estudo foi conduzido de acordo com as normas éticas vigentes para pesquisas com seres humanos, respeitando o consentimento livre e esclarecido e o uso dos dados exclusivamente para fins científicos e educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das representações sociais de gênero entre estudantes e docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo revelou a coexistência de dois sistemas simbólicos em tensão: de um lado, um núcleo central ainda



sustentado pela tradição patriarcal e pela naturalização das diferenças sexuais; de outro, camadas periféricas em processo de transformação, permeadas por discursos emergentes sobre igualdade, diversidade e direitos humanos. Essa dualidade confirma o que Abric (1998) descreve como resistência estrutural das representações, cuja estabilidade simbólica tende a preservar hierarquias, mesmo diante de práticas educativas libertadoras.

Os resultados apontam que, para a maioria dos participantes, a categoria “mulher” continua associada a atributos de cuidado, sensibilidade e docilidade, enquanto “homem” é vinculado à força, liderança e racionalidade. Essas oposições binárias, amplamente reconhecidas na literatura feminista (Saffioti, 1987; Bourdieu, 2002), expressam a permanência do *habitus* androcêntrico no espaço escolar, legitimando expectativas comportamentais diferenciadas para meninas e meninos. Ainda que parte das respostas demonstre certo desconforto com tais assimetrias, o discurso da complementaridade — “homem e mulher se completam” — aparece como elemento de ancoragem que suaviza o conflito e reitera a desigualdade simbólica sob a aparência de harmonia social.

Os dados obtidos por meio dos softwares *EVOC-2003* e *Iramuteq* evidenciam que os termos mais frequentes nas evocações sobre “gênero” e “sexualidade” foram “respeito”, “igualdade”, “feminismo” e “preconceito”. No entanto, o campo semântico de “feminismo” apresentou polarizações significativas: enquanto parte dos estudantes o associa à “luta por direitos” e “empoderamento”, outra parcela o vincula à “superioridade feminina” ou “ódio aos homens”, demonstrando a presença de estereótipos negativos e desinformação. Essa ambiguidade revela o impacto da cultura digital na produção de significados, em que o discurso antifeminista se infiltra no imaginário coletivo, ressignificando conceitos em direção à banalização ou ao ridículo.

Entre os docentes, as representações mostraram maior coerência com perspectivas igualitárias, embora ainda marcadas por um discurso de neutralidade. A crença de que “a escola não deve discutir gênero” apareceu como núcleo resistente em parte das respostas, o que denota a influência das ofensivas morais e religiosas sobre a formação docente. Tal neutralidade, contudo, não é ausência de posicionamento, mas expressão de uma pedagogia que se omite diante das estruturas de dominação — o que, na leitura freiriana, configura uma forma de convivência ideológica com o opressor.

A leitura intergrupar dos dados permitiu identificar que as representações de estudantes do sexo masculino são mais rígidas e estereotipadas, enquanto as estudantes mulheres apresentam discursos de maior flexibilidade e criticidade. Essa diferença é interpretada à luz da Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1982): a pertença ao grupo



masculino — historicamente privilegiado — favorece a defesa simbólica do status quo, enquanto a pertença ao grupo feminino mobiliza processos de comparação social e busca de empoderamento. Essa dinâmica evidencia a disputa identitária que se reproduz no interior da escola, convertendo o espaço educativo em um microcosmo das tensões entre tradição e emancipação.

As análises das questões abertas revelaram, ainda, que o sexismo é percebido como fenômeno distante e individualizado, raramente compreendido em suas dimensões estruturais. Expressões como “ainda existe machismo, mas não tanto como antes” ou “as mulheres já têm os mesmos direitos” indicam uma percepção superficial da desigualdade de gênero, associada ao mito da meritocracia e à invisibilização da violência simbólica. Essa perspectiva confirma a necessidade de uma pedagogia feminista que vá além da denúncia, promovendo processos de conscientização crítica capazes de desnaturalizar o cotidiano escolar e suas práticas sexistas.

No conjunto, os resultados reafirmam a relevância de articular a Psicologia Social das Representações com a Pedagogia da Libertação, compreendendo que a transformação das práticas educativas exige o deslocamento do núcleo central das representações — o que só é possível mediante o diálogo, a problematização e a práxis coletiva.

A análise interpretativa das representações sociais permitiu identificar não apenas os conteúdos lexicais evocados pelos sujeitos, mas sobretudo os sentidos sociais que estruturam o pensamento coletivo sobre o gênero. Conforme a abordagem estrutural proposta por Abric (1998), o estudo buscou reconhecer os elementos centrais e periféricos das representações, observando sua ancoragem em valores, crenças e práticas sociais. O corpus textual foi submetido aos softwares *EVOC-2003* e *Iramuteq*, que possibilitaram o mapeamento das frequências e a hierarquização das palavras associadas às categorias “homem”, “mulher”, “sexualidade” e “pessoas LGBT+”.

Nos discursos sobre a figura masculina, observou-se que os termos mais evocados foram “força”, “trabalho”, “liderança” e “responsabilidade”. Esses elementos compõem o núcleo central de uma representação tradicional, em que o homem é associado ao espaço público, à racionalidade e à autoridade moral. Trata-se de uma herança simbólica do patriarcado, que se perpetua na divisão entre a esfera produtiva e a esfera reprodutiva, atribuindo valor social diferenciado às experiências masculinas e femininas (Bourdieu, 2002; Scott, 1995). As evocações periféricas, como “respeito”, “igualdade” e “companheirismo”, revelam certa tentativa de reformulação discursiva, indicando que



parte dos participantes internaliza valores de equidade, ainda que sem ruptura efetiva com o modelo hegemônico.

Quando a evocação se volta à figura feminina, emergem os termos “cuidado”, “mãe”, “fragilidade” e “carinho”, compondo uma representação de caráter afetivo e moralizante, que ancora o feminino ao espaço doméstico e às funções relacionais. Essa representação não se limita ao campo da afetividade; ela traduz o que a Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1982) explicaria como um processo de categorização hierarquizada, em que o grupo masculino preserva o poder simbólico ao definir o grupo feminino por meio da ausência de características valorizadas socialmente — força, razão e autoridade. É interessante observar que, mesmo entre mulheres participantes, a palavra “mãe” apareceu como elemento prototípico, sugerindo que o papel materno permanece como eixo identitário central, ainda quando o discurso se pretende emancipatório.

No conjunto de evocações relacionadas à “sexualidade”, os termos “respeito”, “diversidade”, “preconceito” e “homossexualidade” destacam uma representação em transição. A presença expressiva da palavra “respeito” revela um marco discursivo normativo, isto é, a internalização de valores de tolerância sem, contudo, o aprofundamento reflexivo sobre as causas estruturais da exclusão. A associação entre “respeito” e “diversidade” evidencia o deslocamento simbólico em direção à aceitação da diferença, mas o silêncio sobre “desejo”, “afetividade” e “prazer” indica que a sexualidade ainda é tratada com censura e moralização, reproduzindo os mecanismos de controle do corpo descritos por Foucault (1979).

As representações sobre as pessoas LGBTQ+ apresentaram forte polarização semântica. Palavras como “preconceito”, “respeito”, “direitos” e “estranho” coexistem no mesmo campo representacional, expressando o conflito entre o discurso inclusivo e o imaginário social heteronormativo. Essa dualidade é reveladora: de um lado, evidencia avanços nas práticas discursivas e na visibilidade da diversidade; de outro, confirma a permanência de um núcleo de rejeição simbólica que opera na base da socialização escolar. Segundo a leitura freiriana, essa tensão representa o ponto de partida para a conscientização — o momento em que o sujeito reconhece a contradição entre o discurso aprendido e a realidade vivida.

Entre os docentes, a análise categorial identificou uma posição intermediária. Embora o discurso pedagógico mencione “igualdade de gênero” e “educação para o respeito”, há uma tendência à neutralização do debate, traduzida em expressões como “não devemos impor nossas opiniões” ou “a escola não é lugar para discutir gênero”. Essa



suposta neutralidade, contudo, expressa a reprodução inconsciente da ideologia dominante, conforme apontado por Freire (1979), para quem a omissão pedagógica diante da opressão equivale a uma forma de cumplicidade. A escola que silencia é, assim, partícipe da manutenção do status quo.

Os resultados sugerem, portanto, a coexistência de três eixos representacionais:

1. O eixo tradicional, marcado pela naturalização das diferenças biológicas e pela defesa de papéis sociais fixos;
2. O eixo transitório, que combina discursos de respeito e igualdade, mas mantém resquícios de moralização e hierarquia;
3. O eixo emergente, composto por minorias discursivas que enunciam o feminismo, a diversidade e a luta política como dimensões legítimas do campo educativo.

Esse triplo eixo demonstra que as representações sociais não se transformam de forma linear, mas por sobreposição e disputa, num processo em que o novo precisa constantemente negociar espaço com o velho.

Assim, a análise interpretativa dos dados reafirma o papel transformador da educação quando ancorada na consciência crítica e no diálogo. Ao promover o encontro entre teoria e prática, entre o conhecimento científico e a experiência vivida, o estudo confirma que a mudança das representações sociais é condição necessária — ainda que não suficiente — para a desconstrução das desigualdades de gênero e para a efetivação de uma educação verdadeiramente emancipadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa e a análise interpretativa dos dados evidenciam que o espaço escolar permanece como um território de disputas simbólicas, no qual coexistem discursos conservadores e movimentos emergentes de resistência. As representações sociais sobre gênero, ancoradas em valores patriarcais e moralizantes, revelam a permanência de um imaginário coletivo que naturaliza as hierarquias e reproduz o sexismo como prática cotidiana. Contudo, os mesmos dados mostram fissuras — zonas de deslocamento discursivo — nas quais se inscrevem novas possibilidades de compreensão da identidade, da sexualidade e da cidadania.

A leitura psicossocial dessas representações permite compreender que a transformação das relações de gênero não se realiza apenas pela transmissão de conteúdos, mas pelo trabalho simbólico de reconstrução do sentido, operado nas



interações educativas. O enfrentamento ao sexismo, portanto, exige um processo de conscientização coletiva, no qual os sujeitos se reconhecem como parte de uma estrutura social que os forma, mas que também pode ser transformada por sua ação crítica. Nesse ponto, a pedagogia feminista, inspirada na perspectiva libertadora de Freire, se afirma não apenas como método, mas como ética: um compromisso político com a emancipação do outro.

O estudo conclui, portanto, que a mudança das representações sociais de gênero é condição essencial para a reconstrução de práticas educativas igualitárias. Tal mudança, no entanto, não ocorre espontaneamente: requer investimento institucional, formação continuada de professores e políticas públicas comprometidas com a equidade. A escola, ao assumir sua função social e política, deve ser o espaço por excelência da problematização — um lugar em que se ensina não apenas o conteúdo da ciência, mas também o exercício do pensamento crítico e da empatia social.

Por fim, esta pesquisa reafirma a necessidade de compreender a educação como ato político e libertador. Combater o sexismo não significa apenas incluir novas temáticas no currículo, mas redefinir o próprio sentido da formação humana. Trata-se de criar espaços de escuta, diálogo e reconhecimento mútuo, nos quais o saber se constrói como prática coletiva de liberdade. Nesse horizonte, a pedagogia feminista deixa de ser uma pauta identitária restrita e passa a ser uma exigência ética do pensamento educacional contemporâneo, comprometido com a dignidade, a pluralidade e a emancipação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB Editora, 1998.
- AUAD, Daniela. **Educação e gênero: a escola, o fazer docente e a (re)construção das relações de gênero**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.



COUTINHO, Sílvia; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. A família na contemporaneidade: transformações e desafios. **Psicologia em Estudo**, v. 15, n. 3, p. 525-533, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2014**. Brasília: IPEA, 2014.

LIMA, Betânia. **Educação, gênero e sexualidade: entre o silenciamento e a resistência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MAIA, Maria Aparecida; SILVA, Eliane; VASCONCELOS, Ana (orgs.). **Gênero e diversidade na escola: práticas e reflexões**. Fortaleza: UFC, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 1984.

NADER, Maria Helena. **Família e modernidade: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 1987.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TAJFEL, Henri. **Social identity and intergroup relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

TURNER, John C.; TAJFEL, Henri. **The social identity theory of intergroup behavior**. Chicago: Nelson-Hall, 1987.

